

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.489.241 - RS (2019/0109587-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : SILVIO BREITENBACH
ADVOGADOS : JORGE AIRTON BRANDÃO YOUNG - RS031684
JEVERTON ALEX DE OLIVEIRA LIMA - RS045412
ARTHUR ORLANDO DIAS FILHO - RS040806
EDMAR DA COSTA JACQUES - RS079061
GABRIELA FRANCISCO DE FREITAS - RS084218
PAULO CEZAR LAUXEN - RS029160
AGRAVADO : FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS
ADVOGADOS : FÁBIO KORENBLUM E OUTRO(S) - RS092135A
CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO - RS056888A
AGRAVADO : BRASKEM S/A
ADVOGADOS : JULIO CESAR GOULART LANES E OUTRO(S) - RS046648
BRUNO MAIA SOUTO - SP274564
NATÁLIA CEPEDA FERNANDES - RS084762

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por SILVIO BREITENBACH, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de SILVIO BREITENBACH, o recurso especial foi interposto contra decisão monocrática proferida pelo Tribunal *a quo*.

Consoante entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, é necessário que a parte interponha todos os recursos ordinários no Tribunal de origem antes de buscar a instância especial (Súmula n. 281 do STF).

Tal entendimento também é aplicado em hipóteses como a dos presentes autos, em que à decisão singular exarada pelo relator foram opostos embargos de declaração, julgados por meio de acórdão pelo Tribunal de origem, contra o qual foi

diretamente interposto recurso especial, sem que houvesse, portanto, o necessário exaurimento das instâncias ordinárias. Nesse sentido, o AgInt no AREsp 620.308/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 13/02/2017.

É pacífico o entendimento do STJ de que a interposição do recurso especial pressupõe o julgamento da questão controvertida pelo órgão colegiado do Tribunal de origem.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente